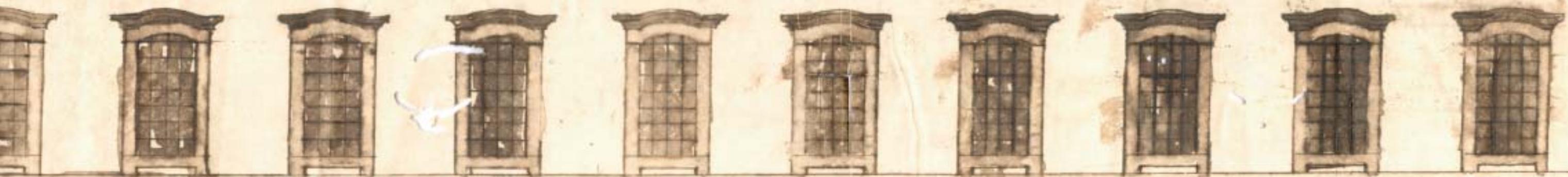


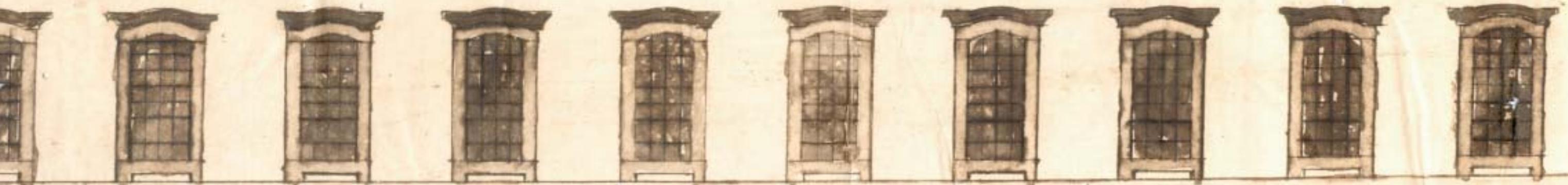
Lado de Antonio Dias

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê
Câmaras coloniais
mineiras



Camara do Casa Peto.



Subsídios para a história de Minas

Douglas Cole Libby

> O antigo Senado da Câmara, mais tarde Câmara Municipal, foi, ao longo da colônia e do império, o braço local do Estado. Composta, pelo menos teoricamente, pelos chamados *homens bons* da sociedade, a câmara servia como intermediária entre os governos da Coroa e o povo, com toda a sua diversidade. Na verdade, as atribuições da câmara eram tão amplas e variadas que sua atuação perpassava o conjunto do que, hoje, são conhecidos como os três poderes: o legislativo, o executivo e o judiciário. Neste sentido, tratava-se de um órgão que, de uma forma ou outra, se fazia presente em inúmeros aspectos do dia-a-dia da população, como se pode perceber pela variedade de assuntos tratados nos dossiês do presente volume.

É justamente a riqueza da documentação produzida pelas câmaras que possibilita ao historiador/pesquisador vislumbrar um multifacetado cotidiano, tão caro à historiografia atual que faz com que a preservação dos acervos camarários seja uma das prioridades de qualquer política pública de arquivos.

Neste caso, parece lícito afirmar que, mais uma vez, Minas Gerais se coloca à frente dos demais Estados do Brasil, pois os mineiros têm no Arquivo Público Mineiro (APM) uma instituição de primeira ordem que se empenha na preservação e disponibilização de nosso patrimônio documental e conta, na estrutura administrativa estadual, com uma louvável disposição para apoiar suas iniciativas. Sem dúvida, o APM vem exercendo um papel de liderança fundamental, ao implementar uma série de projetos visando dar aos acervos de várias das câmaras mais antigas de Minas um tratamento arquivístico adequado, bem como assegurar, através de processos de digitalização, que os mesmos possam ser acessados pelo maior público possível.

Digitalização

Em meados do ano de 2001, a Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia de Minas Gerais, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de

Minas Gerais (Fapemig), lançou o primeiro de uma série de editais objetivando o estímulo à adoção da digitalização pelas instituições detentoras de acervos documentais de valor histórico e cultural. O intuito, é claro, era de ampliar o acesso à documentação, mas também tomou-se o cuidado de se estipular que, antes de passar pela digitalização, a documentação teria de ser devidamente organizada – etapa que, junto com a microfilmagem¹, é passível de financiamento dentro dos referidos editais.

Como resposta ao edital de 2001, houve uma série de discussões entre a superintendência do APM e representantes de várias instituições, tais como a Universidade Federal de Ouro Preto, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade do Estado de Minas Gerais/Campanha e o Centro de Estudos Mineiros da Universidade Federal de Minas Gerais. As discussões resultaram na elaboração de projetos integrados visando à recuperação, organização, microfilmagem e digitalização dos acervos setecentistas e oitocentistas das câmaras de Mariana, Ouro Preto

(antiga Vila Rica), Sabará, Caeté, Tiradentes (antiga São José do Rio das Mortes) e São João Del Rei.

A opção pelos acervos camarários deveu-se à sua dispersão pelo território mineiro e, sobretudo, ao fato de que o próprio APM é detentor, desde quase a sua fundação, de boa parte dos acervos de Mariana, Ouro Preto e Sabará e de uma pequena porção do acervo de Caeté. Por outro lado, todas essas quatro cidades possuem documentação camarária datada dos séculos XVIII e XIX. Nesses casos, a articulação dos projetos tinha como meta reunir, em forma eletrônica, e portanto facilmente reproduzíveis, esses acervos que, no decorrer do tempo, ficaram fisicamente divididos. Em função de sua grande capacidade técnica e da notável habilidade do seu quadro funcional, ao APM foi atribuído o papel de fulcro dos projetos integrados, ficando responsável pela microfilmagem de todos os acervos, exceto o de São João Del Rei. Não obstante, quando do julgamento dos projetos, a proposta centralizadora apresentada pelo APM não foi aprovada,

bem como os projetos referentes a Mariana e Ouro Preto. Foram aprovados os projetos de resgate dos acervos das câmaras de Tiradentes, Sabará e Caeté, elaborados pelo Centro de Estudos Mineiros da UFMG, e o de microfilmagem e digitalização do Arquivo da Câmara de São João Del Rei – este já plenamente organizado –, apresentado pela UFJF.

Resultados

Quanto ao primeiro projeto, o constante apoio do APM foi fundamental para que se chegasse a bom termo com o lançamento, em junho deste ano, dos conjuntos de CDs contendo a documentação digitalizada de cada acervo. Falta agora completar a digitalização da parte do acervo da Câmara de Sabará custodiada pelo APM, trabalho esse que deverá ser completado no futuro próximo. Também se espera para breve o lançamento dos CDs do Arquivo da Câmara de São João Del Rei.

Em 2004, a Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro, em cooperação com a UFOP, tomou a iniciativa de solicitar financiamento junto ao programa *Adoção de Entidades Culturais*, da Caixa Econômica Federal, para que se realizasse a microfilmagem do enorme acervo da Câmara de Mariana, mantido pela própria UFOP, bem como a digitalização dos microfílm dos acervos das câmaras de Ouro Preto e Mariana pertencentes ao APM. Como resultado, a partir do próximo ano, o pesquisador terá a sua disposição, tanto nas instalações da UFOP em Mariana quanto no APM, todo o conjunto do acervo camarário da primeira cidade das Minas Gerais – em parte no original e, na totalidade, em microfilmagem ou em meio eletrônico. Espera-se para breve a digitalização do restante do acervo custodiado pela UFOP e a microfilmagem e digitalização da documentação do acervo da Câmara de Ouro Preto, que se encontra no Arquivo da Cidade de Ouro Preto, disponibilizando

assim outro conjunto completo de documentos aos pesquisadores interessados.

Um quarto projeto – elaborado pela UEMG/Campanha, visando à recuperação, organização e digitalização do acervo forense daquele município – foi aprovado dentro do processo de julgamento do segundo edital da Secretaria de Estado da Ciência e da Tecnologia. O projeto foi executado ao longo dos anos de 2003 e 2004. Além de um magnífico conjunto de livros de testamentos de Campanha e Baependi, o referido acervo forense possui a documentação da Câmara de Campanha, a qual também se encontra disponível em meio eletrônico e em microfilme. Mais uma vez, o APM participou, realizando os trabalhos de microfilmagem.

Situação atual

Se pensarmos em termos das câmaras das vilas mineiras (e da cidade de Mariana) criadas ainda durante o período colonial, verificamos que seis entre 15 dessas encontram-se plena ou parcialmente disponíveis em forma digitalizada. Entre as nove câmaras restantes, a situação varia bastante. Uma pequena parte do acervo camarário de Paracatu encontra-se guardada no APM, e o resto, bem organizado e conservado no Arquivo Público Municipal daquela cidade. Há também acervos bem conservados no Serro (antiga Vila do Príncipe), em Baependi e em Pitangui. É de se esperar que, em breve, esses quatro acervos sejam objeto de projetos que visem ao seu tratamento arquivístico completo, bem como à sua microfilmagem e digitalização.

Não se têm notícias acerca dos acervos das câmaras de Itapeçerica (antiga Tamanduá), Jacuí ou Minas Novas, embora a atual administração desta última mostre-se interessada em iniciar trabalhos de

recuperação do antigo Arquivo Municipal, abandonado na década de 1960, cuja composição é desconhecida. Com relação ao acervo da Câmara de Conselheiro Lafaiete (antiga Queluz), os indícios são de que a sua documentação esteja espalhada por duas ou três instituições distintas. Já no caso de Barbacena, tudo indica que, fora alguns poucos volumes de aforamentos, toda a documentação da câmara dos séculos XVIII e XIX, e da maior parte do século XX, foi perdida para sempre.

Claro está que ainda há muito a fazer, mas podemos concluir que já avançamos significativamente em direção à ampla preservação dos acervos das mais antigas câmaras de Minas. Que os trabalhos continuem, agora também abrangendo as vilas e cidades criadas ao longo do Império e da Primeira República. Os subsídios para a história de Minas serão de grande relevância e riqueza, como o leitor verá nas contribuições aqui apresentadas.

Nota |

1. Enquanto a vida útil dos vários meios de armazenagem eletrônica é desconhecida e potencialmente de pouca duração, o microfilme tem uma sobrevivência de pelo menos 400 anos. Daí o recurso à microfilmagem, cujos resultados constituem virtuais cópias de segurança de uma documentação cuja duração também não é possível prever.

Douglas Cole Libby é professor adjunto do Departamento de História, Fafich/UFMG, e autor de *Trabalho Escravo e Capital Estrangeiro no Brasil: O Caso de Morro Velho*, *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no Século XIX*, *Escravidão no Brasil: Relações Sociais, Acordos e Conflitos* (com Eduardo França Paiva) e *Economia no Império Brasileiro* (com Afonso de Alencastro Graça Filho).

Critérios de transcrição dos documentos do Dossiê

Os documentos transcritos tiveram a ortografia atualizada para facilitar a sua leitura e compreensão; nos demais aspectos, procurou-se respeitar a pontuação, o seqüenciamento das palavras e a paginação original.